

O PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE PRÉ-ADOLESCENTES: O OLHAR DO PROFESSOR

Sandra Cristina Carina (UNICAMP/USF)

sandracarinab@msn.com

Orly Zucatto Mantovani de Assis (UNICAMP)

Conflitos interpessoais na instituição educativa: fatores, complexidade, diversidade e manifestações como indisciplina, bullying, violência ou incivilidade

O cotidiano escolar é permeado por inúmeros conflitos interpessoais entre crianças e adolescentes. São situações muitas vezes julgadas como negativas pelos educadores, como algo a ser evitado. Não raro, os educadores distanciam-se de entender que suas formas de intervenção são geradoras de comportamentos submissos por parte de seus alunos. Tais comportamentos são oriundos de um ambiente em que o professor normalmente utiliza formas autoritárias para resolver os problemas que enfrenta no cotidiano escolar, colocando, muitas vezes, seus alunos em situações de humilhação, exposição, ou pura obediência a uma autoridade, sem que esses sejam convidados a pensar nas soluções que levem em conta as necessidades dos envolvidos, ou seja, em estilos assertivos de resolução de conflitos. Diante de tal justificativa, a presente pesquisa buscou investigar quais formas de resolução de conflito são comumente utilizadas pelos adolescentes, ainda que a partir de dilemas hipotéticos, e confrontá-las às formas que os professores apontaram como as que esses mesmos adolescentes utilizavam quando envolvidos em situações de conflitos. A amostra foi constituída por um total de trinta e nove participantes, pré-adolescentes entre onze e treze anos, estudantes do sexto ano de uma escola pública da região de Campinas, interior de São Paulo, e por cinco professores desses mesmos adolescentes. O instrumento utilizado consistiu numa entrevista semi-estruturada com professores e um instrumento criado por Robert Deluty e adaptado por Maria Isabel Leme que avalia simultânea e comparativamente três tipos de tendências de resolução de conflitos interpessoais. Os resultados obtidos nos permitem comprovar nossa hipótese de que a forma pela qual os adolescentes nas situações hipotéticas resolvem seus conflitos não coincide às formas apontadas previamente pelos professores das tendências de resolução de conflitos utilizadas por esses mesmos adolescentes quando envolvidos em situação de conflito no cotidiano escolar.

Palavras-chave: conflitos interpessoais; moralidade; pré-adolescentes; agressividade

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema exposto nesta pesquisa originou-se de nossa experiência como professora e coordenadora de escola de educação infantil, bem como professora de cursos de extensão universitária que visam à formação continuada do educador. Ao trabalhar diretamente com as crianças e pré-adolescentes, ou por meio do acompanhamento e orientação aos professores, percebemos que, freqüentemente, diante de conflitos e agressões entre os alunos, os educadores sentem-se inseguros e despreparados para lidar com tais situações, não sabendo quais respostas e intervenções tornam-se mais adequadas para lidar com o problema. É comum sentirem-se impotentes diante das reações de agressividade. Muitos se sentem angustiados e culpados quando acabam tomando alguma atitude mais autoritária, alegando que “perdem a cabeça” ao ver o aluno repetindo o mesmo comportamento agressivo. Escuta-se desses educadores que já “tentaram de tudo e parece que nada dá certo.” Percebe-se, assim, o despreparo desses profissionais, que são responsáveis, ainda, pela educação do aluno mais agressivo ou “difícil” na escola.

Sabemos que os conflitos interpessoais ocorrem em qualquer escola, bem como entendemos que em toda relação educativa haverá conflitos, brigas, crises periódicas e atritos, assim sendo, não devemos encará-los como ocorrências atípicas ou antinaturais. Considerando que esse estudo está embasado na teoria de Jean Piaget, cabe-nos ressaltar que para esse autor, os conflitos interpessoais são considerados como situações favoráveis para o aprendizado de nossas crianças e adolescentes. Dessa maneira, proporcionam ótimas oportunidades para trabalharmos valores e regras, uma vez que estes acontecem a partir das trocas de pontos de vistas, só possível pela interação social. Para esse autor, o conflito pode ser intra-individuais, acontece no interior do sujeito e por essa razão não é visível, podendo em muitas situações passar despercebido para olhares menos atento e interindividual, ocorre entre os indivíduos e, por isso é visível, pois acontece na interação entre os sujeitos.

Dessa maneira, a teoria construtivista compreende que tanto o conflito interno como o que ocorre entre os sujeitos são necessários ao desenvolvimento, uma vez que vivenciados pelo indivíduo, levam-no a buscar uma nova ordem interna, a organização. Para Piaget esse tipo de conflito pode propiciar o desenvolvimento moral e intelectual do sujeito. Isto acontece pelo descentração do indivíduo, quando este consegue coordenar pontos de vistas diferentes do seu.

Entretanto, observa-se, porém, que os conflitos vêm sendo vistos como negativos ou nocivos no espaço escolar, o que faz com que a escola busque evitá-los ou tentem resolve-los rapidamente. A maneira como os conflitos são resolvidos dentro da instituição escolar, apontam quais as concepções que os educadores têm sobre os mesmos.

Assim sendo, um professor construtivista compreende que o conflito vivido pelos seus alunos não lhe pertence, dessa maneira, não cabe a ele resolvê-lo. Porém, o fato de não solucionar por eles, não é sinônimo de largá-los a própria sorte. Diante dessas situações, cabe ao educador mediar o problema, auxiliando seus alunos a chegarem a uma solução mais coerente para todos os envolvidos.

Apesar da insegurança em intervir em situações de conflitos, vale salientar que os profissionais devem não gastar seu tempo e energia tentando preveni-los, mas, sim, encará-los como oportunidades para auxiliar os alunos a reconhecerem os pontos de vista dos outros e aprenderem, aos poucos, a buscar soluções aceitáveis para todas as partes envolvidas.

É o exercício da democracia, da resolução dos problemas pelo diálogo. Em situações de briga entre os alunos, o educador não deverá resolver o problema para eles nem, tampouco, ignorar o ocorrido (“fingindo não ver”) quando nesses conflitos houver algum tipo de agressão, pois, dessa forma, está demonstrando que a agressão é permitida. Ele poderá intervir, como mediador, explicitando o problema de forma que as crianças possam entender, ajudá-las a

verbalizar seus sentimentos e desejos (usando uma linguagem descritiva), promovendo uma interação com a troca de pontos de vista, convidando-as a colocarem suas sugestões e propostas para resolução do mesmo.

Entretanto, percebe-se que muitas vezes, mesmo o professor que teve uma boa formação, sente-se também inseguro ao lidar com um aluno que se envolve sempre em conflitos apresentando constantes reações de agressividade.

No que se referem às reações dos alunos diante de situações conflituosas, pesquisas realizadas por Leme (2006) e Deluty (1979), apresentam três tendências de resolução de conflitos que são: assertivo, corresponde a uma forma não violenta de resolução de conflitos, ou seja, caracteriza-se pelo enfrentamento da situação de conflito através da expressão dos próprios sentimentos e idéias, sem desconsiderar os alheios e sem usar atitudes coercitivas ou violentas. O estilo agressivo consiste no enfrentamento da situação apelando para formas de coerção, como violência ou desrespeito ao direito, sentimento, idéias e opinião alheia. Por último o estilo submisso, consiste pelo não enfrentamento da situação de conflito, neste caso, o sujeito considera o ponto de vista, sentimento e idéias do outro, sem levar em conta o seu próprio ponto de vista.

Vicentin (2009) apresenta em sua pesquisa que o educador deve preocupar-se também com os alunos que apresentam reações submissas, passivas de resolução de conflitos, pois esse tipo de reação costuma geralmente ser menos percebida pelas pessoas e pelos pesquisadores, provavelmente pelo fato de os danos àquele que se submete não ficarem claros num primeiro momento nem para eles mesmos e na maioria dos casos nem para os outros envolvidos. Num estudo realizado por Moraes, Otta e Scala (2001) com crianças de cinco anos, observou-se que elas entendem como cooperativos os comportamentos explicitamente qualificados por um adulto como indicador de submissão. Diversos autores afirmam que auto-imagem ruim e casos de depressão são conseqüências muito freqüentes em sujeitos que reagem de forma submissa (FARIZ;

MIAS; MOURA, 2005; FALCONE, 2001). Consideramos que os sujeitos que têm um estilo submisso de resolução de conflito apresentam conseqüências tão danosas quanto as que têm estilo agressivo, visto que enquanto nesse último a pessoa é incentivada a mudar sua forma de se comportar, mesmo que seja necessário buscar ajuda de especialistas para resolver o problema, no estilo submisso o sujeito pode passar a vida toda com inúmeras reações internas desconfortáveis sem que possa repensar outras possibilidades de resolver conflitos.

Partindo dessas considerações e reflexões, a referente pesquisa buscou investigar quais formas de resolução de conflito são comumente utilizadas pelos adolescentes, ainda que a partir de dilemas hipotéticos, e confrontá-las às formas apontadas previamente pelos professores das tendências de resolução de conflitos utilizadas por esses mesmos adolescentes quando envolvidos em situação de conflito no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONFLITOS INTERPESSOAIS NA ESCOLA

Primeiramente, é preciso ressaltar que comumente os conflitos são vistos pelos educadores como negativos, algo a ser evitado. Entretanto, para Piaget, os conflitos interpessoais têm papel significativo, pois contribuem para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Vinha (2000, p. 232) salienta que “os conflitos vivenciados pelo sujeito levam-no a buscar uma nova ordem interna alimentada e alimentadora da ordem externa, desencadeando todo um esforço de organização”. Seguindo esse raciocínio, Piaget explica que, quando acontece uma situação de conflito na interação com o outro, ocorre a troca de pontos de vista, o que permite ao sujeito levar em consideração pontos de vista diferentes do seu. Assim sendo, de acordo com essa idéia, no processo de resolução de conflitos é importante operar de acordo com sentimentos, perspectivas, idéias do outro, assim essa resolução torna-se co-operativa.

Essa reflexão nos permite compreender que um ambiente isento de conflitos interpessoais deve ser aquele embasado no respeito unilateral, em que dificilmente haverá discordância entre os sujeitos, devido ao fato de que apenas uma das partes detém o poder na relação. No entanto, julgamos ser necessário esclarecer que, quando se trata de um conflito que gera a agressão física ou verbal, o mesmo deve ser impedido de forma coerente e trabalhado adequadamente com os envolvidos. Devries e Zan (1995) afirmam que em ambientes onde os alunos agem livremente, os conflitos são inevitáveis.

Assim, é natural que num ambiente no qual os alunos possam interagir com o outro, tomar decisões, no qual assumem pequenas responsabilidades, ocorrerão muito mais situações de conflito do que em um ambiente autoritário, no qual dificilmente há interação social, considerando que nesse último ambiente é o professor quem resolve os problemas e toma as decisões necessárias.

Nesse sentido, em algumas escolas, o professor perde muito tempo tentando evitar o conflito e, quando acontece alguma situação em que os alunos se desentendem, o educador intervém de modo a resolver o problema, ou seja, é ele mesmo quem decide a maneira pela qual o conflito será resolvido, pois considera o conflito como negativo, acredita que cabe a ele determinar a solução. Ao contrário, o professor deve aproveitar esse momento para auxiliar os alunos a se colocarem no lugar do outro, bem como propiciar gradativamente a aprendizagem dos alunos e, assim, buscarem juntos soluções que sejam aceitáveis para todas as partes envolvidas.

Todavia, numa classe em que os alunos têm liberdade de agir e a interação entre os pares é favorecida, os conflitos são inevitáveis.

Nessas situações de conflito ou crise, é importante que os adultos não desvalorizem ou recriminem os sentimentos do aluno com atitudes impacientes, demonstrando-lhe que não merece ser ouvido e considerado. Devem-se evitar julgamentos, acusações e ironias, que somente aumentam o sentimento de culpa e vergonha que o aluno demonstra sentir após as explosões de

agressividade. É necessário que sejam ouvidos e recebam auxílio adequado, de maneira a amenizar suas reações agressivas e poder aprender a controlar-se, canalizando as agressões de forma a não causar danos a si mesmo e aos outros. É muito importante que o adulto auxilie o aluno a estabelecer relações fundamentadas no respeito mútuo com seus pares e o trate com esse mesmo respeito.

Para Leme (2006), os conflitos interpessoais são compreendidos como situações em que ocorre a interação social, em que de alguma maneira acontece alguma forma de oposição entre as pessoas, como por exemplo, confronto, desacordo, percepção de iniquidade ou qualquer outra situação. A autora salienta ainda que o conflito interpessoal pode ser entendido como um tipo de situação problema desencadeadora de afeto negativo, que compromete os objetivos como também o processamento de seleção de estratégia de resolução. Leme destaca ainda que tanto na psicologia em geral como na cognitiva, no que diz respeito ao processo de resolução de conflitos, a cognição e a afetividade pouco têm sido estudadas como funcionando conjuntamente.

Acreditamos que de fato cabe à escola ficar mais atenta aos aspectos cognitivos e afetivos dos alunos. Segundo nossos estudos, cabe ao educador desenvolver seus educandos em todos os seus aspectos (cognitivo, afetivo, social, físico), para que este no futuro seja capaz de enfrentar seus desafios de maneira mais assertiva. Sendo assim, não basta que o projeto da escola se preocupe apenas em trabalhar com os conteúdos (não que estes não sejam importantes). Entretanto, muito mais que “despejar” os conteúdos, que a escola possa se reorganizar para trabalhar com o aluno em sua íntegra e assim formar indivíduos autônomos. Resgatando a questão dos conflitos interpessoais, salientamos que é de responsabilidade da escola desenvolver um trabalho que auxilie seus alunos a aprender a lidar com essas situações que muitas vezes levam a uma violência de maior extensão. Leme nos lembra que “não só cabe, como ainda está no poder da educação, tanto no âmbito da família, como da escola, intervir, no sentido de prevenir o crescimento alarmante deste fenômeno” (2004: p 163)

Vicentin (2009) considerou também em seus estudos que os conflitos interpessoais são compreendidos como positivos, pois são caracterizados como oportunidades para o desenvolvimento do ser humano. Assim sendo, notemos que as ideias consideradas por essa pesquisadora não são contrárias aos pontos relevantes apresentados até aqui sobre a questão dos conflitos interpessoais ocorridos nas dependências das escolas. Vicentin (2008) salienta ainda “que os conflitos fazem parte da existência humana e são necessários para o desenvolvimento de diversas áreas pessoais”. Dessa forma, dentro da teoria construtivista, os conflitos interpessoais não podem ser considerados como situações contranaturais, pois, dentro do ambiente escolar, em qualquer relação, poderão ocorrer conflitos, confrontos, discussões. Cabe aceitarmos que essas situações ocorrerão e fazem parte das relações entre as pessoas, bem como de seu desenvolvimento e construção de valores morais.

Segundo Vinha (2003), ao considerar os conflitos interpessoais como situações favoráveis à aprendizagem, entendemos que, em vez de o educador perder seu tempo e energia evitando preveni-los, pode aproveitar os mesmos como circunstância adequada para auxiliar os alunos a reconhecerem os pontos de vista dos outros e aprenderem, ao longo do tempo, como encontrar soluções aceitáveis para todos os envolvidos.

Assim sendo, consideramos que a intervenção mais adequada seja aquela em que o educador permite que seus alunos resolvam os problemas por si sós, propiciando-lhes a coordenação dos pontos de vista, para que assim cheguem a uma solução.

Entretanto, quando afirmamos que o professor precisa entender que o conflito não lhe pertence, não significa que deve deixar seus alunos à própria sorte, pois é comum, também, que os alunos encontrem dificuldades no processo de resolução de conflitos. Cabe retomarmos a idéia de que é de responsabilidade do professor auxiliá-los a encontrar uma solução mais aceitável para todos os conflitos.

Vale ressaltar que também é responsabilidade do educador trabalhar com seus alunos a importância dos mesmos se responsabilizarem pelas consequências dos próprios atos, assim como assumirem os resultados de suas próprias decisões.

Nesse sentido, retomamos a idéia que cabe ao educador propiciar à criança a liberdade de escolha e decisão, assim como propiciar oportunidades que coordenem pontos de vistas diferentes e auxiliá-los no processo de resolução de conflitos, todavia, Piaget reconhece que, no cotidiano, não se pode deixar que a criança tenha uma liberdade ilimitada. Em algumas situações, é inevitável e até mesmo necessária a coerção do adulto.

Devries e Zan (1988) recomendam que a ação do professor frente aos conflitos deva seguir três princípios básicos: manter-se calmo e controlar suas reações; reconhecer que o conflito pertence aos alunos; e acreditar na capacidade deles para solucioná-lo.

AS TENDÊNCIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS

Conforme proposto por Deluty (1979), os conflitos interpessoais podem ser resolvidos de maneira violenta ou pacífica, isto depende justamente dos recursos cognitivos e afetivos dos envolvidos, bem como dos contextos sociais em que acontecem. Para o autor, a estratégia violenta caracteriza-se por alguma forma de coerção sobre o outro sujeito, denominada como agressão. As pacíficas dividem-se em duas maneiras: a assertiva, que busca resolver a situação por meio de enfrentamento, conciliação ou negociação; e a submissa, que não usa do enfrentamento, isto é, o sujeito evita a situação.

A partir do instrumento proposto por Deluty, Leme realizou um estudo com a versão completa da Escala Children's Action Tendency Scale-CATS (1981) com 779 alunos de 2ª a 7ª série, de escolas públicas e particulares. Em um segundo estudo, participaram 332 alunos de 5ª a 7ª série, de escolas públi-

cas e particulares. Neste, três situações foram retiradas por sugestão de Deluty a Leme, entretanto a autora usou a versão resumida do instrumento, e foram encontradas diferenças entre os dois estudos nas tendências de resolução de conflitos (LEME, 2004).

No primeiro estudo, entre a amostra brasileira e a americana, a autora encontrou o uso dos mesmos estilos de resolução de conflitos, ou seja, os estilos assertivo, submisso e agressivo, em último lugar. Ao comparar as médias de cada tendência nas duas amostras, a autora verificou que os americanos são um pouco mais assertivos que os brasileiros, e estes mais submissos que os americanos. Parece que esta diferença é mais proeminente entre os alunos da escola pública, do sexo feminino e de séries mais adiantadas. O que parece explicar essa diferença é a cultura norte-americana, que propicia uma maior flexibilidade de manifestação e defesa dos próprios direitos e sentimentos, oferecendo assim maior tendência de assertividade do que de submissão. Entretanto, quando a cultura se destaca por uma interdependência, como a do nosso país, em que no processo de socialização predomina a obediência e respeito a uma autoridade, observamos uma tendência à submissão. Esses resultados parecem indicar que a cultura na qual os alunos estão inseridos influencia nas tendências apresentadas anteriormente.

Ainda no primeiro estudo, Leme constatou, na amostra brasileira, diferenças advindas do gênero, ou seja, os meninos apresentam maior propensão a resolver as situações conflituosas de tendência agressiva, já as meninas buscam a tendência assertiva para a solução dos conflitos. Vale mencionar que os meninos tornam-se mais submissos conforme o avanço da escolaridade, e as meninas apresentam estabilidade em suas tendências.

Em seu segundo estudo, a amostra pesquisada evidenciou mais tendências submissas e agressivas. As diferenças encontradas estão relacionadas às tendências de assertividade, que obtiveram menos preferência como forma de resolução de conflitos. Entretanto, esta terceira tendência é mais comum

entre as meninas que freqüentam escola particular, e as soluções de tendências mistas foram mais comuns entre os meninos também inseridos no ensino da rede particular. Já os alunos matriculados na escola da rede pública apresentaram tendências mais submissas e agressivas do que os do ensino privado.

A pesquisa referida nos permite compreender a relevância de buscar aprofundar os estudos no que diz respeito às tendências de resolução de conflitos, uma vez que, ao se comparar com outras culturas, encontramos resultados considerados por nós interessantes, pois confirmam a importância de a escola construir seus objetivos levando em consideração a necessidade de propiciar aos alunos a participação ativa na tomada de decisões.

Passemos agora a apresentar as discussões acerca dos três tipos de resolução de conflitos. Começamos pelo estilo agressivo, considerado o mais estudado entre as tendências existentes, o que se deve ao fato de que resulta em maior risco para os envolvidos nos confrontos. É considerado também, enquanto objeto de investigação, o mais difícil, pois a agressão é um comportamento que não é facilmente definível, apresentando diversas formas de demonstração, sendo influenciado por variáveis tanto biológicas como sociais.

O que é visível nesse tipo de conduta é a intenção de causar danos ao outro, com a probabilidade de o objetivo ser alcançado. Nas palavras de Vicentim, “uma conclusão geral sobre a agressividade é que ela se caracteriza por uma disposição ou tendência a um tipo de reação que causa dano ao outrem” (2009, p. 30). Outros fatores que se podem considerar importantes e que levam a comportamentos agressivos são frustração, ataque, conflito, violações da norma e elementos ambientais estressantes, como calor, barulho, que interferem na ativação do indivíduo, levando-o a um comportamento agressivo.

Não podemos deixar de destacar que um sujeito que se desenvolve em um ambiente familiar no qual os integrantes resolvem os conflitos existentes de forma agressiva, possivelmente construiu formas violentas para enfrentar os problemas, o que se deve ao fato de desconhecer alternativas de resolução. Na

verdade, se acreditamos que o sujeito se desenvolve a partir das relações estabelecidas com o meio, é certo que se o sujeito está inserido num ambiente violento aprenderá a lidar com seus problemas de forma agressiva.

Vejam agora as tendências de resolução de conflitos consideradas não agressivas, denominadas submissa e assertiva. Ao estudarmos a tendência submissa, verificamos que esta é mais comum nos pré-adolescentes do que a assertividade. Constatamos que a submissão, assim como a agressão, não é a conduta mais eficaz para enfrentar situações conflituosas. Enquanto a agressão tem como objetivo causar danos a terceiros, a submissão leva em consideração os direitos e sentimentos do outro, prejudicando os seus próprios, ou seja, na submissão não há o enfrentamento da situação, o sujeito considera o ponto de vista do outro e não expõe nem, tampouco, trabalha com os seus. O comportamento submisso é característico do sentimento de medo, em outras palavras, quando o sujeito não enfrenta a situação, entende-se que o mesmo a evita, sendo esta esquiva motivada pelo sentimento do medo. Entretanto, será que esse comportamento é o mais desejável para os nossos pré-adolescentes?

Ao analisarmos a tendência assertiva, entendemos que esta conduta seja a mais propícia e até mesmo a mais evoluída para se resolver os problemas. Igualmente à tendência agressiva, a assertividade também ocorre com o enfrentamento da situação, no entanto, o que a difere da agressiva é que o sujeito assertivo leva em consideração os seus direitos e ponto de vista, sem, porém, apelar para qualquer forma de coerção, como, por exemplo, a violência ou o não respeito pela opinião do outro. O sujeito que em suas condutas apresenta assertividade demonstra compreender o ponto de vista do outro sem perder de vista os seus próprios, isso é possível devido às coordenações cognitivas e afetivas que ele consegue realizar. Sobre isso, não podemos esquecer que Deluty (1995) esclarece que as condutas assertivas precisam ser ensinadas, pois a manifestação de pensamentos e sentimentos perdem a força se não realizadas em tom firme de voz e contato visual com o interlocutor.

Dessa maneira, resgatando novamente princípios importantes da teoria construtivista (interação sujeito e meio), ao retomarmos a idéia de que a criança que estiver inserida num ambiente no qual os adultos resolvem seus problemas de forma agressiva possivelmente, ao longo de seu desenvolvimento, aprenderá a ser agressiva, o mesmo ocorre com as crianças que estão inseridas num ambiente em que os familiares, diante de situações de conflitos, utilizem tendências assertivas para a solução da situação, dialogando, trocando idéias, expressando com palavras adequadas seus sentimentos e desejos; com certeza, a criança poderá encontrar soluções possíveis e que sejam aceitáveis a todos os envolvidos.

Assim sendo, diante dessas discussões, entendemos que as escolas, aceitando ou não, influenciam de maneira significativa na construção da moralidade de seus alunos. Todavia, nem todas trabalham em direção a essa construção. Toda relação educativa está repleta de mensagens, valores, crenças e juízos, visto que as normas e comportamentos estão subjacentes às relações dentro do ambiente escolar, transmitindo o que é certo ou errado, bom ou mau.

Dessa maneira, acreditando que a postura do professor, as atitudes que toma (ou não) e a forma de relacionar-se com os alunos exercem uma grande influência no desenvolvimento destes, é necessário que esse profissional esteja bem formado, preparado para auxiliar adequadamente esse processo. Visto que um dos objetivos da educação é auxiliar nesse desenvolvimento global de seus alunos e atender às suas necessidades, considera-se importante que o professor sinta-se preparado e seguro, utilizando procedimentos construtivos para lidar com situações de conflitos.

La Taille (1996) reafirma a necessidade de os profissionais em educação receberem uma formação de alto nível, salientando o fato de que educadores heterônomos são incapazes de formar indivíduos autônomos. Os professores precisam ser muito bem preparados a partir de um estudo sistemático, so-

bre o desenvolvimento da moralidade e os conflitos interpessoais, conhecendo e aplicando procedimentos pedagógicos construtivos para lidar com os pequenos conflitos diários.

Assim sendo, a presente pesquisa destina-se a uma investigação dos processos pelos quais pré-adolescentes resolvem conflitos interpessoais. Podemos destacar como objetivos de nosso estudo: investigar se esses alunos apresentarão, de fato, características de resolução de conflitos de acordo com a classificação de Deluty, investigar os estilos de resolução de conflitos dos alunos considerados assertivos e agressivos pelos professores e comparar as características de resolução de conflitos desses alunos com o processo de resolução dos demais das classes.

Quanto à hipótese desta pesquisa, haverá diferenças na maneira pela qual os alunos interpretam e resolvem os conflitos hipotéticos, bem como se acredita que haverá diferença nas indicações realizadas pelos professores quanto aos alunos assertivos e agressivos.

Para a realização da coleta de dados, utilizou o instrumento de Robert Deluty, que foi cedido a Leme e utilizado por essa pesquisadora em seus estudos no Brasil. O instrumento conta com 10 situações de conflito que os participantes devem responder como resolveriam a fim de que se possa, após as respostas, avaliar o estilo de resolução encontrado.

Os resultados de nossa investigação comprovaram nossa hipótese de que o estilo apontado pelos professores não seria o mesmo utilizado pelos alunos. O que mais encontramos entre os adolescentes foram respostas características de estilos submissos ou próximos a elas (como estilos mistos em que respostas submissas se encontravam também presentes).

Esses resultados nos permitem refletir que as relações comumente estabelecidas nas escolas entre autoridade e alunos visam a construir uma educação para a docilidade, desenvolvendo nos alunos uma dependência para resolver os problemas do cotidiano.

Sendo assim, a prática constante do papel autoritário do professor sobre seus educandos contribui para que os mesmos, quando envolvidos em situações conflituosas, não se sintam capazes de por si só encontrar soluções que sejam desejáveis para o momento. Vale mencionar que, com essa prática, o tema transversal inserido no trabalho pedagógico é o da submissão: educa-se para a obediência.

Na maioria das vezes, as escolas dão muita ênfase à obediência às normas e regras definidas previamente, não levando em consideração que os alunos precisam compreender a necessidade das regras assim como pensar sobre como podem ser conduzidas. Diante das transgressões cometidas pelos alunos, utilizando-se ainda de ameaças, censuras, castigos e transferência do problema, a escola promove a manutenção de altos níveis de heteronomia. Dessa maneira, como os alunos são privados a compreender as justificativas para as regras que lhes são impostas, tendem a permanecer conformistas e apenas obedecer, já que esta última ação para eles é bem diferente de pensar. Isso porque a essência da autonomia é que as pessoas se tornem aptas a tomar decisões por si mesmas.

Assim como “não pode haver moralidade quando se considera apenas o próprio ponto de vista” (KAMII, 1987: p.108), não pode haver moralidade também quando se descarta a necessidade de se pensar em si e de resolver os problemas levando em consideração o bem ao outro e a si mesmo.

Se se deseja que os alunos sejam autônomos, responsáveis, justos, generosos, que saibam resolver seus problemas assertivamente, como se descreve nos planos escolares, é preciso lembrar que é papel da escola propiciar situações em que os alunos possam participar ativamente, possam confrontar-se com problemas a serem resolvidos, possam compartilhar experiências e idéias, possam conviver. Nas palavras de Parrat-Dayán (2008): “A cidadania é então, um produto da educação. É necessário ter a garantia da vida democrática para conseguir o aprendizado da cidadania. E não podemos aprender a democracia se não aprendemos a discutir” (p. 130).

Sabemos que não existem fórmulas mágicas, mas que a boa solução para o conflito é aquela que é buscada por todos os envolvidos, quando estes podem pensar e controlar suas emoções, quando podem, então, falar sobre elas e representá-las aos outros com os quais convivem, de forma respeitosa. Na verdade, “quando acostumamos nossas crianças a expressarem o que sentem, estamos favorecendo a construção desses espaços afetivos de troca e busca de reconciliações visto que manifestar o que se sente encurta os caminhos para se chegar à resolução de um conflito” (TOGNETTA, 2009).

Urge que os programas escolares dêem aos conflitos a conotação de “oportunidade”, de possibilidade de crescimento aos educandos. Mas, mais do que isso, é preciso que nossas crianças e adolescentes “sejam estimuladas a resolver os conflitos que se envolvem por si mesmas, sem constante intervenção adulta, para que aprendam a ser autônomas desde o considerar alternativas de ação e suas conseqüências, até a sua efetivação” (LEME, 2004, p. 181).

REFERÊNCIAS

CAMACHO, L. M.Y. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. **Educação e pesquisa**, v. 27, p. 123-140, 2001.

CARINA, S. C. 2003. **A gestão participativa num sistema educacional público**. 2003. 4v. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2003.

CARINA, S. C. **O processo de resolução de conflitos entre pré-adolescentes: o olhar do professor**. 2009. 120 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, 2009.

CARITA, A. Conflito, justiça e cidadania. **Análise Psicológica**, p. 259-267, 2004.

CUNHA, J. L.da; DANI, L. S. C. **Escola, conflitos e violência**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

DELUTY, R. H. Alternative thinking ability of aggressive, assertive, and submissive children. **Cognitive Therapy and Research**, n. 5, p. 309-312, 1979.

_____. Children's evaluation of aggressive, assertive, and submissive responses. **Journal of Clinical Psychology**, v. 12, n. 2, p.124-129, 1981.

DEVRIES R.; ZAN B. **A Ética na educação infantil**: o ambiente sócio moral na escola. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LA TAILLE, Y. de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2006.

_____. **Vergonha a ferida moral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LEME, M. I. da S. **Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo**. São Paulo: Instituto SM para a Educação, 2006.

_____. **Cognição, cultura e afetividade em solução de problemas: estrutura e função**. 2006. Tese (Livre-Docência). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

_____. 2004, Educação: o rompimento possível do círculo vicioso da violência. In: Maluf, Maria Regina (org). **Psicologia educacional: questões contemporâneas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

_____. 2004. Resolução de conflitos interpessoais: Interações entre cognição e afetividade na cultura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, p. 367-380.

LOOS, H.; ZELLER, T. J. V. 2007. Aprendendo a brigar melhor: administração de conflitos sem violência na escola. **Interação em Psicologia**, p.281-289.

MANTOVANI DE ASSIS, O. Z.; VINHA, T. P. Os conflitos entre as crianças e o processo de negociação interpessoal segundo R. Selman. **Anais do XX Encontro nacional de professores do Proepre**. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, p. 119-133, 2003.

PIAGET, J. El psicoanálisis y sus relaciones com la psicología del niño. In: DELAHANTY, G. PERRÉS (comp.). **Piaget y el psicoanálisis**. México: Universidade Autónoma Metropolitana, 1920-1994. p. 181-290.

_____. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1932-1977.

PIAGET J.; INHELDER B. **A psicologia da criança**. Tradução Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Difel, 1896-1980-2003.

TOGNETTA, L. R. P. *Perspectiva ética e generosidade*. Campinas: Mercado de Letras, Fapesp, 2009.

_____. (org). **Virtudes e educação o desafio da modernidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____. **A Construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

TOGNETTA, L.R.P. VINHA T. P. **Quando a escola é democrática**: Um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

VICENTIN, V. F. **Condições de vida e estilos de resolução de conflitos entre adolescentes**. 2009. 223f. Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Psicologia) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

VINHA, T. P. **Os conflitos interpessoais na relação educativa**. 2003. 426f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, 2003.

_____. **O Educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras, Fapesp, 2000.